ANÁLISE CONJUNTURAL

Ano 6 volume 6 - julho/2025

05 ANOS DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO:

IMPACTOS SOCIAIS E A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NO SETOR

Passados cinco anos da promulgação do novo marco legal do saneamento (Lei nº 14.026/2020), esta análise examina os avanços do atendimento à população de baixa renda e a ampliação da participação privada no setor.

O estudo aborda a expansão dos serviços junto aos grupos socioeconômicos mais vulneráveis e o aumento da adoção da tarifa social como instrumento de inclusão, contribuindo para a universalização dos serviços.

Com base em dados regionais, a análise evidencia a importância do avanço da participação privada para acelerar os investimentos em regiões com menor atendimento, de modo a tornar a universalização realidade em todo o território nacional.

Os dados aqui apresentados são uma prévia do Panorama da Participação Privada no Saneamento 2025 elaborado pela ABCON SINDCON.

05 ANOS DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO:
IMPACTOS SOCIAIS E A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NO SETOR

1. INTRODUÇÃO

A aprovação do novo marco legal do saneamento (Lei nº 14.026/2020) inaugurou um novo ciclo institucional no setor, com foco em metas de universalização, processo concorrencial e fortalecimento da regulação.

Dado o perfil socioeconômico do país, alcançar as metas de universalização, em que 99% das pessoas tenham acesso a abastecimento de água e 90% a coleta e tratamento de esgoto, envolve implementar políticas inclusivas e que reconheçam a capacidade de pagamento da população.

Nos cinco anos de vigência da nova legislação, observa-se um avanço importante na cobertura dos serviços entre os grupos socioeconômicos mais vulneráveis. A ampliação do atendimento foi acompanhada pela consolidação de instrumentos de equidade tarifária, como a tarifa social, e pela formalização de cláusulas contratuais que garantem a inclusão de áreas de maior fragilidade.

Paralelamente, houve expansão da atuação privada, com o ingresso de novos operadores e a estruturação de concessões e PPPs em diferentes regiões do país. A entrada desses agentes contribuiu para acelerar investimentos e melhorar a capacidade de execução.

Esta análise examina os principais efeitos desse processo sobre a inclusão social e a reorganização da prestação dos serviços.

Os dados aqui apresentados são uma prévia do Panorama da Participação Privada no Saneamento 2025 elaborado pela ABCON SINDCON.

TEMAS ABORDADOS

Inclusão da população de baixa renda no atendimento

Expansão da atuação privada

2. INCLUSÃO SOCIAL NA EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

O avanço da cobertura dos serviços de água e esgoto no período recente tem alcançado, com maior intensidade, domicílios situados nos estratos de menor renda.

Entre 2019 e 2023, o crescimento no nível de abastecimento de água por rede cresceu 0,41 ponto percentual, alcançando 85,9% dos domicílios (PNAD 2023). Nos domicílios com renda per capita de até meio salário-mínimo, o aumento foi de 2,3 pontos percentuais, alcançando 77,8% dos domicílios. Essa evolução demonstra que, **entre os domicílios de menor renda, a expansão no atendimento de abastecimento de água foi cinco vezes maior do que o crescimento geral no Brasil.**

No esgotamento sanitário, o crescimento é ainda mais expressivo. Em 2023, 69,9% dos domicílios brasileiros estavam conectados à rede de esgoto, o que implica em um aumento de 1,7 ponto percentual desde 2019. Já entre os domicílios mais vulneráveis, com renda per capita de até meio salário-mínimo, o atendimento cresceu 5,7 pontos percentuais (de 48,7% para 54,4%), **mais que o triplo observado na expansão geral do acesso à rede de esgoto.**

EVOLUÇÃO ATENDIMENTO DOS DOMICÍLIOS POR RENDA PER CAPITA (2019 x 2023)

Faixa de renda per capita	Domicílios com abastecimento de água por rede (%)		Crescimento (p.p.)	Domicílios com esgotamento sanitário por rede (%)		Crescimento (p.p.)
	2019	2023		2019	2023	
Até ½ salário-mínimo	75,5	77,8	2,3	48,7	54,4	5,7
Total	85,5	85,9	0,4	68,2	69,9	1,7

Fonte: Elaboração ABCON SINDCON com base em PNAD 2023 (IBGE).

A política de tarifa social ganhou centralidade com o novo marco regulatório, que estabelece a obrigação de mecanismos tarifários voltados à população de baixa renda. A política foi fortalecida pela aprovação da Lei nº 14.898/2024, que define critérios nacionais para elegibilidade ao instrumento. A tarifa social é um mecanismo que garante descontos na conta para famílias de baixa renda, promovendo acesso ao serviço essencial de saneamento sem comprometer a renda das populações mais vulneráveis. Ela é uma ferramenta importante de inclusão social e modicidade tarifária, ao reconhecer que o saneamento é um direito básico e deve ser acessível a todos, independentemente da condição econômica.

Entre 2019 e 2023, o número de economias residenciais contempladas com a tarifa social **cresceu 60,1%**, saltando de 2,6 milhões para 4,1 milhões. A participação das residências beneficiadas pela tarifa social aumentou de 4,3% para 6,3% no total de economias ativas – um avanço claro na inclusão social por meio da tarifa

No caso dos operadores privados, as economias residenciais contempladas com tarifa social cresceram 587% nesse período e o percentual de economias beneficiárias é de 8,5%.

EVOLUÇÃO TARIFA SOCIAL (2019 x 2023)

Operador	Economias residenciais contempladas com tarifa social		Crescimento (%)	% Economias residenciais contempladas com tarifa social	
	2019	2023		2019	2023
Privado	149.635	1.028.190	587%	3,6%	8,5%
Total	2.579.803	4.129.816	60%	4,3%	6,3%

Fonte: Elaboração ABCON SINDCON com base em PNAD 2023 (IBGE).

Operadores públicos e privados têm ampliado a cobertura da tarifa social, contudo, a implementação enfrenta entraves operacionais relevantes relacionados, principalmente, ao acesso pelos operadores dos dados cadastrais da população. Além disso, ainda será necessário formalizar os reequilíbrios econômico-financeiros prévios à ampliação da cobertura do benefício, como forma de garantir a sustentabilidade da operação e a segurança jurídica da política tarifária.

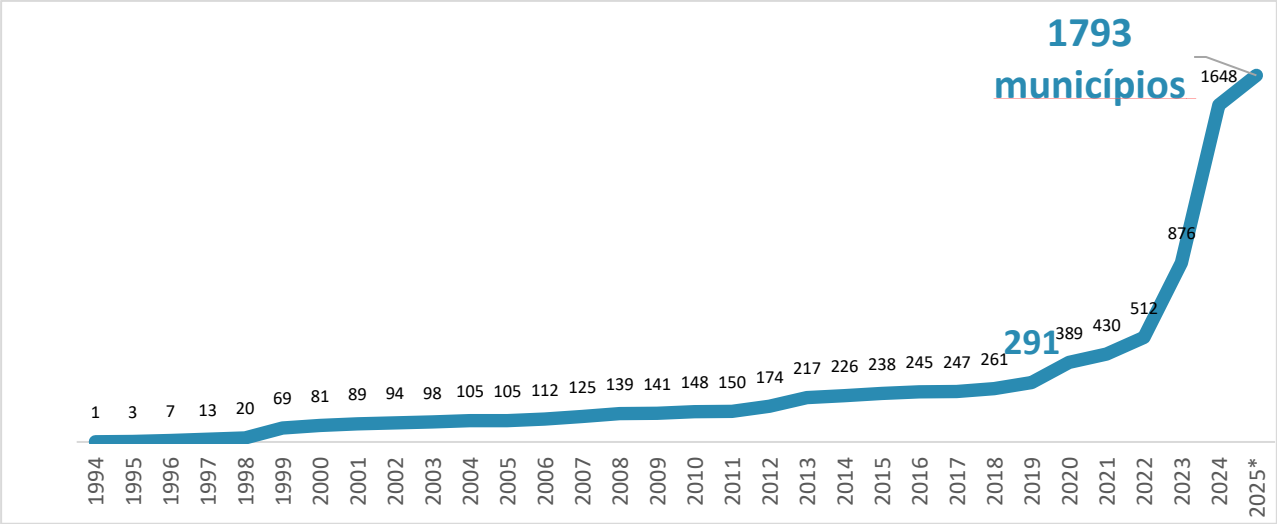
3. EXPANSÃO DA ATUAÇÃO PRIVADA

A participação privada no setor de saneamento se consolidou como um dos pilares da transformação em curso. Até junho de 2025, 1.793 municípios possuem atuação privada em suas diversas modalidades, ou seja, 1 a cada 3 municípios brasileiros. Esse número representa um **crescimento de 516% desde 2019**, sinal claro do amadurecimento do modelo e da confiança na capacidade do setor.

Desde 2019, foram realizados 59 leilões em 20 estados abrangendo todas as regiões do país com previsão de R$ 178 bilhões de investimentos contratualizados. A maior parte dos leilões foi realizada na Região Sudeste.

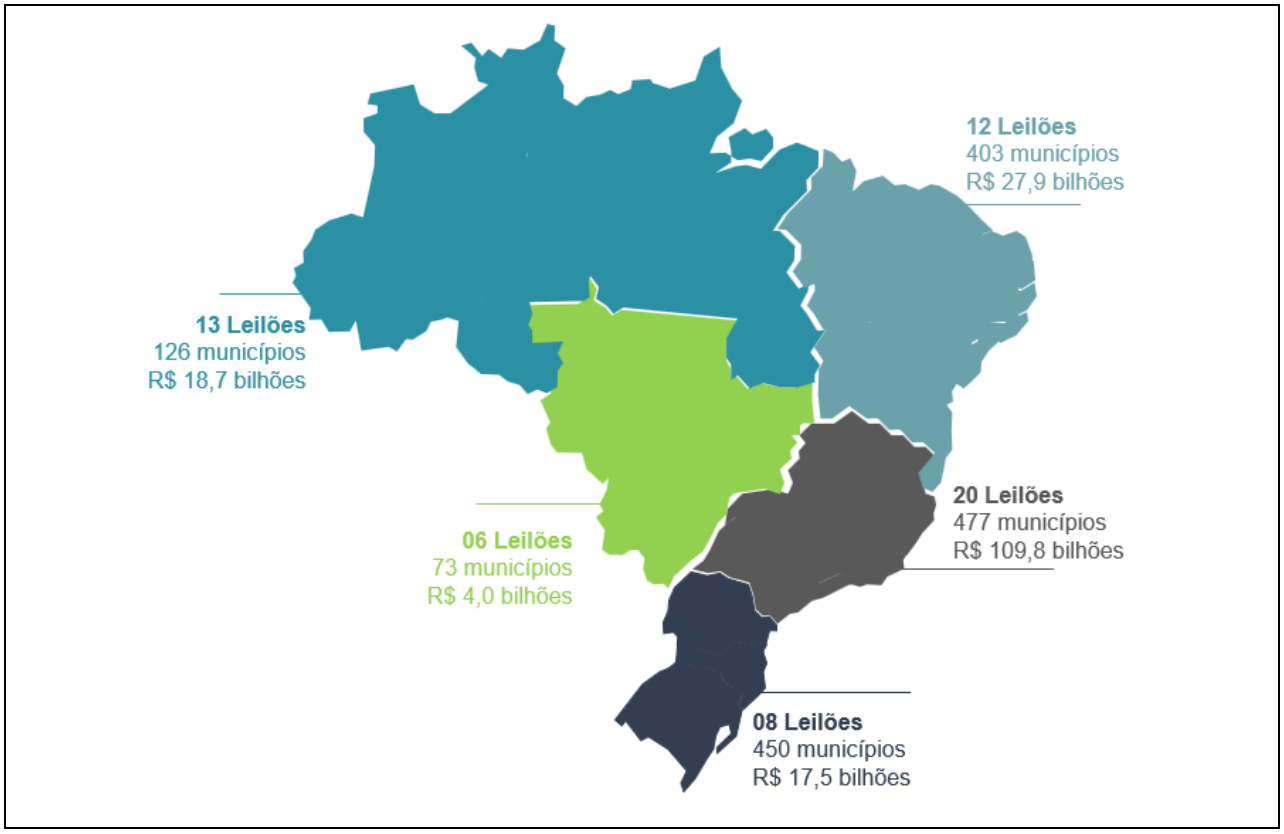
Em termos de abrangência, os leilões municipais foram relevantes e responderam por 73% dos certames realizados.

EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO PRIVADA



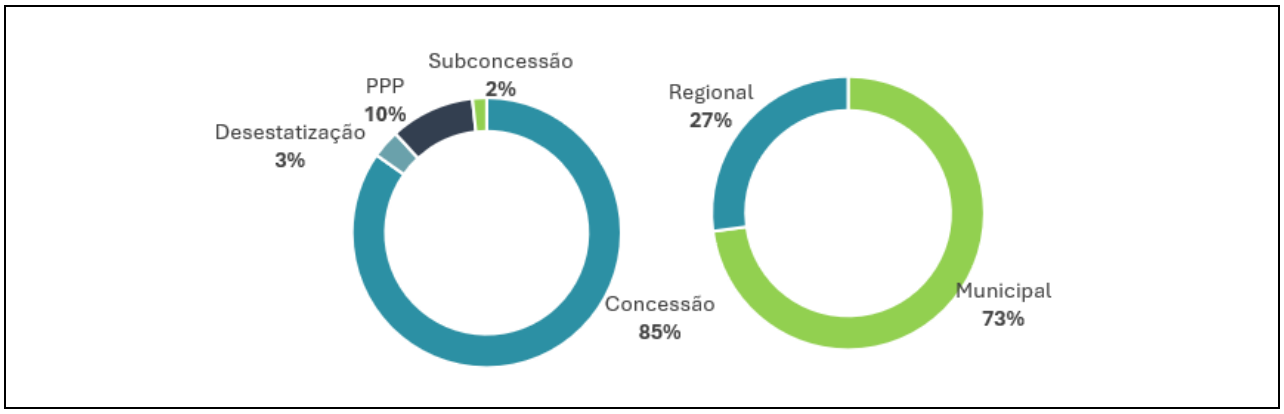
Fonte: Elaboração ABCON SINDCON com base nos dados do SPRIS, SINISA, SNIS, Radar PPP e BNDES. *Considera os leilões realizados até 23 de junho de 2025.

MAPA RESUMO DOS LEILÕES REALIZADOS DESDE 2020



Fonte: Levantamento ABCON SINDCON com base em SNIS, IBGE, Radar PPP e SPRIS.
Data base: 23 de junho de 2025.

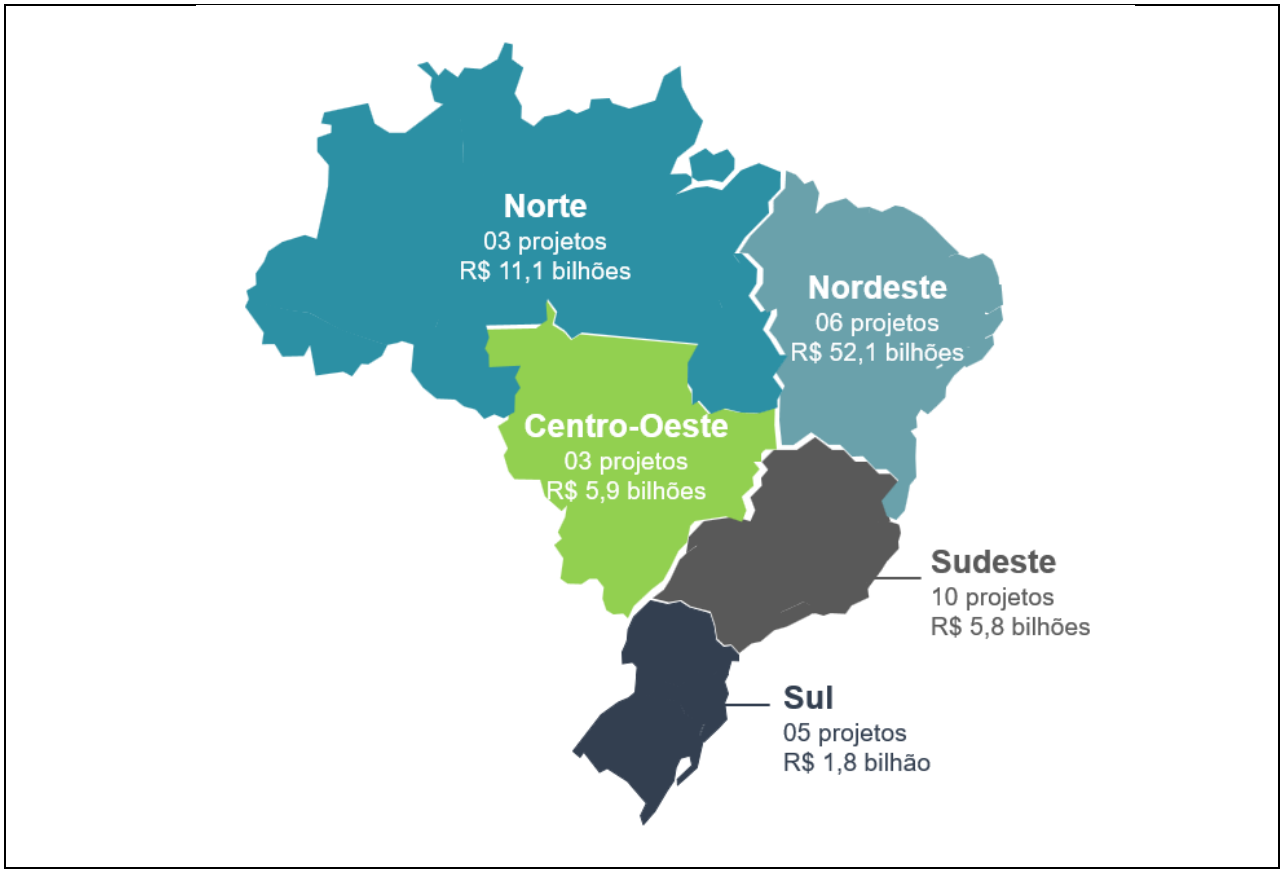
MODELO DE OPERAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS LEILÕES REALIZADOS DESDE 2020



Fonte: Levantamento ABCON SINDCON com base em SNIS, IBGE, Radar PPP e SPRIS.
Data base: 23 de junho de 2025.

Atualmente, há 27 projetos em estruturação com investimentos previstos na ordem de R$ 76,7 bilhões contemplando 966 municípios. Os maiores montantes de investimentos previstos estão concentrados na Região Nordeste, seguidos da Região Norte, destacando o avanço do saneamento para as regiões com maiores déficits de atendimento.

MAPA RESUMO DOS PROJETOS EM ESTRUTURAÇÃO



Fonte: Levantamento ABCON SINDCON com base em SNIS, IBGE, Radar PPP e SPRIS. Data base: 17 de junho de 2025.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

A consolidação do novo marco legal do saneamento resultou em avanços concretos na inclusão social, com reflexos diretos sobre o acesso da população de baixa renda aos serviços essenciais. A ampliação da cobertura de água e esgoto no período pós-marco foi mais intensa entre os domicílios localizados nos estratos inferiores de renda, conforme apontam os dados da PNAD Contínua. Esse crescimento decorre da combinação entre exigências contratuais de universalização, expansão dos investimentos e maior capacidade de planejamento dos entes públicos.

A política de tarifa social também avançou, com a aprovação de uma legislação nacional que estabelece critérios padronizados de enquadramento dos beneficiários. Apesar das dificuldades operacionais relacionadas ao acesso a dados e à necessidade de reequilíbrio contratual, prestadores vêm implementando modelos eficazes de concessão do benefício, reforçando o caráter social da política de saneamento.

O ambiente de investimento também se ampliou, com a presença crescente do setor privado em diferentes regiões do país. Os projetos em estruturação agora estão concentrados principalmente na Região Nordeste. Esse movimento reforça a expansão dos investimentos para regiões historicamente subatendidas e fortalece o papel das concessões regionalizadas como instrumento de viabilidade técnica e econômica.

A consolidação dos avanços dependerá da continuidade do esforço dos gestores públicos e da coordenação federativa para garantir condições equitativas de implementação. O saneamento, ao avançar com inclusão e eficiência, reafirma seu papel estratégico na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento social.

ANÁLISE CONJUNTURAL

Publicação periódica da ABCON SINDCON - Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto | www.abconsindcon.com.br | Diretora-Executiva: Christianne Dias | Elaboração: Ilana Junqueira Marques Ferreira Figueiredo, Romário Júnior | e-mail: faleconosco@abconsindcon.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.